



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANDERSON DE FREITAS ARAGÃO PONTES

**UMA ABORDAGEM SOBRE A ADOÇÃO DOS CPCs NA EVIDENCIAÇÃO E
DIVULGAÇÃO DAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES NAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

ORIENTADOR: CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES

**FORTALEZA
2013**

UMA ABORDAGEM SOBRE A ADOÇÃO DOS CPCs NA EVIDENCIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Autor: Anderson de Freitas Aragão Pontes
Orientador: Carlos Adriano Santos Gomes

RESUMO

A evidenciação contábil é uma importante ferramenta para os usuários das demonstrações contábeis. Esse quesito vem sofrendo profundas mudanças após a adoção das normas internacionais de contabilidade. Este trabalho tem como objetivo verificar em que nível as instituições bancárias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), estão evidenciando as informações sobre provisões, passivos e ativos contingentes em atenção ao que preceitua o CPC 25, nos períodos de 2010 e 2011. Os procedimentos metodológicos partiram de uma pesquisa exploratória, com procedimento bibliográfico e documental e abordagem qualitativa. Foram analisadas as notas explicativas de 27 instituições bancárias listadas na BM&FBOVESPA. A abordagem utilizada nesta pesquisa foi fundamentada no Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábil (CPC) 25 e é composta de 2 categorias: provisões e passivos contingentes, e 17 subcategorias. O resultado obtido aponta que o nível dessa evidenciação exigida pelo CPC 25 é satisfatório, uma vez que as entidades divulgam apenas os itens básicos requeridos pelo pronunciamento e acabam por deixar outros itens relevantes sem a devida evidenciação. Observou-se que não há uma evidenciação completa, mas também não há um descumprimento do que a norma contábil recomenda.

Palavras-Chave: Passivos Contingentes, Provisões, Convergência.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade ganha cada vez mais destaque no âmbito dos estudos e pesquisas. Um dos fatores que explica isso é que, atualmente, a ciência contábil passa por um período de transição e evolução, principalmente no âmbito internacional, com a adesão e a criação de novas normas *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS), pelo *International Accounting Standards Committee* (IASB) que procura convergir normas e princípios contábeis ao redor do mundo, incluindo o Brasil, por meio dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Entre os pontos que mereceram a atenção do IASB, e se tornaram objeto de elaboração de IFRS, destacam-se as provisões, ativos e passivos contingentes. Tal atenção se deu, dentre outros aspectos, por conta da subjetividade que envolve a identificação e mensuração desses elementos contábeis.

As provisões chamam a atenção pelo fato de poderem, ou não, afetar o resultado ou até mesmo a continuidade da entidade. Por sua vez ativos e passivos contingentes podem apontar a existência, ou não existência de bens e direitos, que terminam por afetar a estática patrimonial. Nesse sentido a norma Internacional (IAS 37), cuja correlação no Brasil é o CPC 25, apresentam o mesmo objetivo, que é definir critérios de reconhecimento e mensuração de contingências e provisões. A partir da adoção desse pronunciamento, surge o seguinte problema: Em consonância com o CPC 25, qual o nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes nas Instituições Financeiras?

Nesse sentido, objetivo principal desta pesquisa é verificar em que nível as instituições financeiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), estão evidenciando as informações sobre provisões e passivos e contingentes em atenção ao que preceitua o CPC 25.

A escolha pela investigação em instituições financeiras se deu por conta da relevância estratégica desse setor para o fortalecimento da economia, bem como os riscos sistêmicos ao qual estão associados, disto decorre que, informações econômico-financeiras evidenciadas de modo inadequado ou incompleto poderão gerar insegurança entre os usuários e afetar o próprio equilíbrio econômico de um país.

A divulgação de informações relativas a provisões e contingências também é muito útil aos possíveis investidores, pois através delas pode se saber quais os possíveis impactos que poderão afetar negativamente a entidade em um futuro próximo.

A metodologia utilizada parte de uma abordagem exploratória, com a adoção dos procedimentos bibliográfico e documental e análise qualitativa a partir das notas explicativas de 27 instituições financeiras listadas na BM&FBOVESPA em comparação com os requisitos de evidenciação estabelecidos no CPC 25.

O artigo divide-se em quatro partes, que abordarão teorias e resultados de outras pesquisas sobre o assunto, análise das demonstrações financeiras das entidades selecionadas, resultado e a conclusão sobre o nível de convergência na área das provisões nas instituições financeiras listadas na BM&FBOVESPA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estudos Anteriores

Vários estudos foram realizados a fim de mensurar a adoção das práticas recomendadas pelas Normas Internacionais de Contabilidade e CPC's. São trabalhos que analisam tanto a adoção no geral como em determinados itens. Ribeiro (2012) constatou que com a implantação das Normas do IFRS, houve padronização de procedimentos e aumento de exigências de *disclosure* e informações em notas explicativas. Esse detalhamento dos itens é importante para os usuários da informação contábil. Faria e Albuquerque, (2009) reafirma a relevância da transparência nas demonstrações financeiras e enfatiza que uma boa forma de atingir essa transparência é efetuar o reconhecimento, a mensuração e divulgação de suas contingências tanto ativas como passivas conforme o grau de risco das mesmas.

Oliveira, Benetti e Varela (2010), afirmam que houve uma melhora após a adoção dos IFRS, mas contesta que após isso houve uma estagnação, no nível da evidenciação das provisões e dos ativos e passivos contingentes. E também defendem a ideia de que haja um maior detalhamento desses itens, a fim de eliminar quaisquer incertezas que possam existir a seu respeito. Silva (2012) complementa esse raciocínio afirmando que as empresas ainda não cumprem por completo o que o CPC 25 e as demais bases normativas recomendam, ou seja, não divulgam essas contingências de forma clara, proporcionando assim, o surgimento de possíveis incertezas dos usuários.

2.2 Processo de Convergência

O processo de globalização tornou mais sutil as fronteiras entre os países e tornou a contabilidade mais globalizada (WEFFORT, 2005). Como consequência deste processo, houve um aumento no número de empresas multinacionais e operações transnacionais. Logo,

essas informações devem seguir um determinado modelo, para que assim possam ser comparadas pelos seus usuários, tanto internos como externos.

De acordo com Oliveira e Ponte (2004) usuários externos são todos aqueles que se encontram fora da empresa, como o sócio ou acionista não controlador, os fornecedores de matérias-primas, o Estado, as instituições financeiras supridoras de crédito e os concorrentes. Iudícibus (2000) complementa que os usuários internos são administradores de todos os níveis, que necessitam do mais variado tipo de informações sobre a Entidade, principalmente aquelas que são oriundas das atividades operacionais. Por sua vez, os Usuários externos buscam, nas demonstrações contábeis, informações mais genéricas.

Nesse novo cenário global, “a adoção de uma linguagem comum é capaz de produzir benefícios concretos quando da tomada de decisão por parte desses usuários” (OLIVEIRA; LEMOS, 2011). Então com o advento desse cenário, fez necessária a adoção de uma contabilidade mais ampla, de cunho internacional, mas que atente para a qualidade da informação contábil evidenciada. Um fator importante é que ela seja confiável, ou seja, apresentem de forma adequada os eventos que ela apresenta, livre de possíveis erros ou vieses. (NANNINI; SALOTTI, 2009).

Dada à relevância, subjetividade e controvérsias que envolvem a temática das provisões, passivos e ativos contingentes, o IASB emitiu em setembro de 1998, vale ressaltar que a IAS 37 passou por várias mudanças no decorrer dos anos, a norma IAS 37 que trata especificamente dessa temática, especialmente no que concerne à identificação, avaliação, classificação, mensuração e evidenciação, nesse sentido, a contabilidade brasileira busca a convergência com a norma internacional com a edição do Pronunciamento CPC 25 em 26/06/2009.

2.3 Provisões e Passivos Contingentes.

As instituições financeiras são entidades relevantes no o cenário econômico-financeiro do planeta. São entidades responsáveis por transações de capital, financiamentos, aplicações, poupanças e outras atividades. Essas instituições operam constantemente com gestão de riscos e contingências, dentre as quais merecem destaque, as provisões, os ativos e passivos contingentes.

Estes itens são tão relevantes que existem procedimentos contábeis, específicos para eles. No âmbito internacional o IASB emitiu a IAS 37 Provisões, Passivos contingentes e Ativos Contingentes, já no Brasil os CPC e a CVM adaptaram a norma internacional através do CPC 25 e da Deliberação CVM nº 489 /06 que posteriormente foi revogada pela Deliberação nº594/09, respectivamente.

O Banco Central também participa neste processo, através da Resolução n ° 3823 aprova a adoção do CPC 25 pelas instituições financeiras reguladas pelo BACEN. O CPC 25 (2009) define provisão como “um passivo de prazo ou valor incerto”. Farias (2004) complementa que as provisões são utilizadas para contemplar fatos que causarão impacto econômico na empresa em um momento futuro. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2010), reforçam a ideia de que a provisão é um passivo o qual não apresenta uma data fixada para seu pagamento e seu valor não pode ser expresso de forma exata, contudo, é realizada uma estimativa confiável deste valor. A Associação Espanhola de Contabilidade e Administração (AECA, 1991) aborda as provisões de uma forma mais ligada à economia, a instituição define as provisões como:

Aquelas rubricas que recolhem fatos ou situações que impliquem perdas imputáveis ao período a que se referem às demonstrações financeiras, seja por existir uma alta probabilidade de que se produza, seja porque não se conhecem a totalidade dos dados e circunstâncias, devem contabilizar-se sob diferentes formas de estimativa e métodos de cálculo, com a finalidade de que o resultado inclua todas as perdas que lhe correspondam.

De acordo com o CPC 25 um passivo contingente é definido, da seguinte maneira:

Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida por que: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade (CPC, 2009).

O Objetivo do CPC 25 é assegurar que os critérios de reconhecimento sejam observados e os de mensuração sejam corretamente utilizados, assim como exigir que fosse divulgado, pelo menos o mínimo, de informações nas notas explicativas, permitindo assim, que os usuários possam analisar os dados de forma adequada. As provisões devem ser monitoradas permanentemente, nas questões relativas à suas baixas, que acontecem quando há o devido pagamento da obrigação que a originou, e na possível alteração de seus valores, após ajustes a valor presente ou mudança nas estimativas desses montantes (FARIAS, 2004).

Devem-se reconhecer as provisões quando a entidade detiver uma obrigação presente, que haja a possibilidade de um desembolso de recursos (NANNINI; SALOTTI, 2009). Na existência de um passivo, onde seu montante é mensurado confiavelmente, deve ser realizado o provisionamento deste, contudo só deverá ser divulgado caso a sua liquidação se classifique como provável ou possível, no caso do passivo ser identificado como de liquidação remota, ele não será nem divulgado, nem provisionado (CPC 25).

Quando existir um passivo contingente, esse não deverá ser reconhecido, apenas divulgado. E se for uma quantia considerada irrelevante, este não deverá sequer ser divulgado (IUDÍCIBUS, 2010). De acordo com o CPC 25 os motivos para não se reconhecer um passivo contingente na conta do passivo da entidade são:

- [...] obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou
- (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Os passivos contingentes devem ser analisados periodicamente. Além das provisões e passivos contingentes existem as provisões que derivam de apropriações por competência (*accruals*), alguns exemplos destes itens são as férias e 13º salários devidos aos colaboradores da entidade. Esses itens caracterizam-se por serem obrigações já existentes, ou seja, possuem um grau de incerteza muito menor que as provisões propriamente ditas. Logo, os *accruals* não devem ser reconhecidos como provisões. (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2010).

Para cada uma das classes de provisão devem ser divulgadas; o valor contábil no início e final do período; quaisquer provisões adicionais que tenham surgido no exercício; os montantes utilizados e não utilizados no período; a apropriação de despesas de caráter financeiro; uma descrição da natureza da provisão; e se há expectativa de surgirem

reembolsos no exercício reportado. Já no caso das contingências deve se divulgar: a descrição de sua natureza; uma estimativa do efeito financeiro; as incertezas relacionadas ao valor ou tempo; e a possibilidade de haver algum reembolso. (NANNINI; SALOTTI, 2009, p.312).

Vale ressaltar que, em geral, todas as provisões são passivos contingentes, pois seu prazo e valor são incertos, contudo o CPC 25 (2009) chama de “contingentes” os ativos e passivos que não são reconhecidos pelo fato de sua existência ser confirmada, apenas, se houver ou não, um evento futuro incerto. Esse Pronunciamento ainda faz uma distinção entre as provisões e os passivos contingentes, para o CPC as provisões são reconhecidas como passivos, pelo fato de possibilitarem uma estimativa confiável a respeito de seus prazos e valores, pois é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os passivos contingentes não são reconhecidos por não ser provável que haja a saída de recursos para liquidar a obrigação e tampouco pode se estimar um valor confiável.

2.4 Evidenciação Contábil

Um dos aspectos importantes para a confiabilidade e conseqüentemente a comparabilidade das demonstrações financeiras é a questão da Evidenciação, também conhecida como *Disclosure*. Segundo Dantas, Niyama e Zendersky (2005) deve haver uma atenção especial com o papel da evidenciação ou *Disclosure* para que haja uma adequada interpretação da situação econômico-financeira da entidade.

Oliveira, Benetti e Varela (2011) reforçam a importância da evidenciação contábil, afirmando que se trata de uma ferramenta que possibilita a redução do grau de incerteza da informação e permite que o usuário obtenha uma base mais confiável para realizar a tomada de decisões.

As empresas podem adotar diferentes formas de evidenciação, mas devem fornecer informações em quantidade e qualidade que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis. (OLIVEIRA; PONTE, 2004).

O *Disclosure* pode ser dividido em duas vertentes, a primeira é a de caráter compulsório, que abrange as informações requeridas pelas Comissões de Valores Mobiliários em cada país. A outra vertente é a voluntária, que mesmo não sendo exigida por lei, apresenta um maior grau de transparência no âmbito corporativo (LIMA, 2007).

Iudícibus (2000) afirma que a evidenciação pode ser feita de várias maneiras distintas, desde representações nos quadros do balanço patrimonial e notas de rodapé, até relatórios da Diretoria. O mesmo autor também ressalta que o *Disclosure* está ligado aos objetivos da contabilidade e que os demonstrativos oriundos dessa ciência devem evidenciar a realidade, livres de erros ou vieses.

A evidenciação deve ser feita em momento oportuno, ou seja, disponibilizada antes de perder a sua capacidade para a tomada de decisões. (DANTAS, NIYAMA e ZENDERSKY, 2005). A questão de divulgar a informação em um momento oportuno vai ao encontro do que é definido pelo Princípio contábil da Oportunidade, portanto, a informação deve ser íntegra e tempestiva, pois a falta desses dois requisitos pode ocasionar a perda da relevância desta informação. (CFC). (Resolução CFC N.º 1.282/10).

A questão da evidenciação é relevante para todos que se utilizam das informações contábeis, por isso o IASB nível internacional e o CPC no Brasil, delimitam, em todos seus normativos, uma sessão que trata de mensuração e outra só para divulgação. Alguns Pronunciamentos apresentam mais de 20 itens relacionados apenas a divulgação, o CPC 05, que aborda a divulgação entre partes relacionadas apresenta 30 itens de divulgação, o

pronunciamento abordado neste estudo, CPC 25, traz cerca de 20 itens de divulgação. As instituições bancárias ocupam um patamar de destaque no cenário econômico, com esse setor cada vez mais integrado é necessário atender a padronização proporcionada pelas normas internacionais de contabilidade por isso é tão importante que estas entidades adotem essas normas e assim mantenham um padrão, para que todos os usuários possam fazer proveito de suas informações.

2.5 Instituições Financeiras

As instituições Financeiras são organismos que visam aperfeiçoar a alocação de capitais próprios e/ ou de terceiros. Para isso, estes órgãos utilizam-se de mecanismos para minimizar as incertezas e riscos existentes nessa operação. De acordo com a Lei N ° 7.492/86, que define as instituições financeiras da seguinte forma:

Art. 1º Considera-se instituição financeira, para efeito desta lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários. (BRASIL, 2012).

Exemplos de instituições financeiras são os Bancos, Cooperativas de Créditos, Sociedades Corretoras, Associações de Poupança e Empréstimos, dentre outros. O enfoque deste artigo serão as instituições Bancárias que classificam se em: comerciais, de desenvolvimento, de investimentos, múltiplos e as caixas econômicas.

De acordo com o BACEN, os Bancos Comerciais podem ser tanto públicos como privados e tem como objetivo disponibilizar recursos a curto e longo prazo para financiar comércio, indústria e pessoas físicas. Os bancos de desenvolvimento são dirigidos por governos estaduais e tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento econômico e social em determinada região através do financiamento de projetos. Os Bancos Múltiplos também podem ser públicos ou privados e executam atividades nas mais diversas carteiras, um banco múltiplo pode ter carteiras de bancos comerciais e ao mesmo tempo de bancos de desenvolvimento. Bancos de investimento são instituições privadas especializadas em operações de caráter societário, temporário, são bancos responsáveis pela administração de recursos de terceiros. Diferente dos outros, esse tipo de instituição financeira não possui contas correntes.

O órgão fiscalizador e normatizador, responsável pela atuação dessas instituições é o Banco Central do Brasil (BACEN). A questão da convergência contábil às Normas Internacionais de Contabilidade na área bancária fica a cargo do BACEN, que delimita quais as normas, elaboradas pelo IASB e conseqüentemente adaptadas pelo CPC, que as instituições financeiras deverão adotar para fins de convergência. Atualmente, o Banco Central adota apenas sete CPC's (CPC, 2012) mediante resoluções emitidas pela direção deste órgão. Os CPC's aderidos pelo BACEN, além do CPC 25 são os seguintes: CPC 01 – trata da redução ao valor recuperável dos ativos; CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; CPC 05 – aborda a divulgação sobre partes relacionadas; CPC 10 – que aborda o pagamento baseado em ações; CPC 23- políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação de erros; e o CPC 24 – que trata dos efeitos subsequentes as demonstrações financeiras. Em 2005 o BACEN passou a elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa é de cunho exploratório por aprofundar os conhecimentos no assunto abordado. O procedimento utilizado na pesquisa foi o bibliográfico e documental, no qual foi efetuada uma análise de normativos, tais como o CPC 25 e obras que tratam do respectivo assunto. Em seguida foram analisadas as demonstrações financeiras de 26 instituições bancárias, listadas na Bovespa. Gil (1999, p. 66) salienta que a pesquisa documental é aquela que tem por base analisar materiais que ainda não possuem um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos.

Não foram adotados métodos estatísticos, uma vez que a pesquisa foi baseada na análise dos conteúdos das demonstrações contábeis e notas explicativas, do exercício no período de 2010 e 2011. Esse biênio foi escolhido pelo fato de que o ano de 2010 foi a data limite estabelecida para a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade pela legislação brasileira.

Para efeito dessa pesquisa, foram utilizadas as instituições bancárias, listadas na BMF&BOVESPA, públicas e privadas, dos seguintes setores: comercial, múltiplo, de desenvolvimento e de investimento. Os dados utilizados foram coletados nas demonstrações financeiras disponibilizadas no site da BOVESPA. A análise partiu de um *check list* baseado nos itens de divulgação solicitados pelo CPC 25 com a adoção de escores “0” caso a instituição não atenda determinado requisito e “1” para as entidades que atendam os quesitos. A lei 11.638 que trata da reformulação da Lei das Sociedades Anônimas foi aprovada no final de 2007, contudo a CVM instituiu que a partir de 2010 as demonstrações financeiras deveriam adotar essas normas, em consonância com a nova legislação. Por isso para a análise desses anos foram consideradas as demonstrações divulgadas de 2010 a 2011.

Tabela 1 – Itens que compõem o *check-list*

Itens de Evidenciação de Provisões	Itens de Evidenciação de Passivos Contingentes
a) Divulga o valor contábil no início e fim do período?	a) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a melhor estimativa?
b) Divulga as provisões adicionais feitas no período?	b) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o valor presente?
c) Divulga os valores utilizados (baixados contra provisão)?	c) Evidenciam a possibilidade de qualquer reembolso?
d) Divulga os valores revertidos durante o período?	d) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o risco e incerteza?
e) Faz uma breve descrição da natureza da obrigação?	e) Faz uma breve descrição da natureza da obrigação?
f) Divulgam o aumento durante o período do valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto das provisões?	f) Evidenciam a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída?
g) Fazem o cronograma esperado de quaisquer saídas de Benefícios econômicos resultantes das provisões?	
h) Divulgam uma indicação das incertezas sobre o valor das saídas?	
i) Divulgam o cronograma das saídas?	
j) Sempre que necessário a entidade divulga as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros sobre as provisões?	
l) Divulgam o valor de reembolsos esperados, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desses reembolsos?	

4 RESULTADOS

Para a análise dos resultados foi efetuada a análise documental, das notas explicativas, contidas nas demonstrações financeiras das 27 instituições bancárias listadas na BOVESPA, contudo em duas instituições não foi possível obter os dados, a empresa 18 devido a inconsistências contábeis encontradas, não fez seus relatórios financeiros de forma comparativa aos anos de 2008 e 2009, assim como não abordou integralmente o exercício de 2010. Por sua vez, os dados da empresa Nº 19 não foram disponibilizados no site da BOVESPA, logo, foram efetivamente analisadas 25 entidades do setor bancário.

O CPC 25 (2009) determina que uma obrigação deve ser divulgada quando houver um passivo de existência provável e que possa ser mensurado de forma confiável. Na Tabela 2 estão listados os resultados referentes a análise da divulgação das provisões nas instituições financeiras no período de 2010.

A seguir, serão apresentados os dados obtidos após a análise das demonstrações financeiras e notas explicativas das entidades que foram selecionadas para o estudo. Primeiramente, a apresentação da divulgação das provisões nos anos de 2010 e 2011, tabelas 2 e 3, respectivamente. Logo após, serão apresentadas nas tabelas 4 e 5, os itens de divulgação referentes aos passivos contingentes.

A compilação dos dados foi efetuada por meio de escores, no qual foram atribuídos nota 1 (um) para a evidenciação do item e nota 0 (zero) para a não evidenciação.

Tabela 2 – Nível de evidenciação das provisões das Instituições no ano de 2010.

Itens sobre Provisões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	20	21	22	23	24	25	26	27	T O T.
a) Divulga o valor contábil no início e fim do período?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	25
b) Divulga as provisões adicionais feitas no período?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	25
c) Divulga os valores utilizados (baixados contra provisão)?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	24
d) Divulga os valores revertidos durante o período?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	24
e) Faz uma breve descrição da natureza da obrigação?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	25
f) Divulgam o aumento durante o período do valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto das provisões?	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	-	0	0	1	1	1	1	1	1	16
g) Fazem o cronograma esperado de quaisquer saídas de Benefícios econômicos resultantes das provisões?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
h) Divulgam uma indicação das incertezas sobre o valor das saídas?	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	-	0	1	0	0	0	0	1	0	8
i) Divulgam o cronograma das saídas?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
j) Sempre que necessário a entidade divulga as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros sobre as provisões?	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	1	-	0	0	0	0	1	0	0	0	10

1) Divulgam o valor de reembolsos esperados, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desses reembolsos?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	5	6	7	6	7	7	8	5	6	5	7	6	8	4	7	7	8	-	5	6	6	6	7	6	7	6	-	

A partir da análise dos dados observou que as empresas divulgam vários itens em comum, ao mesmo tempo em que outros itens ficam sem a devida divulgação. Das 25 instituições analisadas, 24 divulgam um quadro contendo o saldo inicial e final das provisões. Neste quadro encontram-se as informações referentes às provisões adicionais realizadas no período, valores utilizados baixados contra as provisões e os valores revertidos. É possível observar na tabela 1 que os itens com a pontuação maior na amostra são esses referentes à descrição dessas provisões, são eles os itens “a”, “b” e “e”, todos com 25 pontos. Logo em seguida com 24 pontos, surgem os itens “c” e “d”, que trazem informações sobre os valores baixados e revertidos na conta de provisões. O motivo dos itens “c” e “d” não terem atingindo a pontuação máxima deve-se a entidade N° 14 que não evidencia quais as adições e baixas que ocorreram no período, divulgando apenas o saldo contábil inicial e final.

Todas as empresas analisadas dividem suas provisões em classes, que geralmente são: as três comuns a entidades de todos os ramos de atuação, cíveis, trabalhistas e tributárias, e mais outra classe que mais específica do setor bancário, que trata a respeito das provisões com clientes. Todos os bancos analisados fazem uma breve descrição das provisões, evidenciando valores, e motivos oriundos da constituição dessas contingências. Na questão da divulgação das provisões por classe, que é comum a todas as empresas aqui averiguadas, é importante destacar as instituições N° 7 e 17, pois além do quadro com o valor contábil total por classe de provisão, esses bancos elaboram um quadro detalhado sobre cada uma dessas classes, permitindo assim um melhor entendimento da situação. Dos 25 bancos, 16 evidenciam o aumento durante o período do valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto das provisões.

Observou-se também que não há a elaboração de cronogramas, não são estabelecidas datas para as saídas assim como não há estimativas para possíveis reembolsos que possam vir a acontecer, ou seja, todas as entidades ficaram sem pontuação nesses 3 itens “g”, “i” e “l”. Com relação ao item “h”, foram obtidos apenas 8 pontos.

No comparativo entre os bancos observa-se que a nota máxima obtida é de 8 pontos, em um total de 11, somente as entidades N°7, N°13 e a N°17 obtiveram esse score. A menor pontuação foi obtida pelo banco N° 14 com apenas 4 pontos. O valor médio das pontuações entre as entidades foi de 6 pontos, isso denota um nível mediano de evidenciação (54,54%) sobre suas provisões.

Outro período analisado foi o ano de 2011, onde se pode observar que não houve mudanças relevantes na questão da divulgação, as entidades apenas repetiram os procedimentos que foram efetuados na evidenciação dos períodos passados. A única instituição que apresentou uma mudança relevante foi a N° 18, que não apresentou demonstrações financeiras completas em 2010 devido inconsistências contábeis e agora, com esses problemas dirimidos, divulgou o período inteiro de 2011, porém as informações não poderiam ser comparativas com o período anterior.

Os mesmos itens “a”, “b” e “e”, foram os mais evidenciados, cada um com 26 pontos, seguidos pelos itens “c” e “d”, com 25 pontos. Os quesitos “g”, “i” e “l”, continuam sem pontuação e os demais permanecem estáveis. Em relação a análise comparativa entre os bancos, também não houveram mudanças significativas, a maior nota manteve-se em 8 pontos

e nas mesmas instituições em 2010 (bancos N°7, N°13 e a N°17), o mesmo ocorreu com a pontuação mínima, que manteve-se em 4 pontos, no banco N°14. A nota média dos bancos foi de 6,14, representando assim um nível mediano de evidênciação (55,81%).

Tabela 3 – Nível de evidênciação das provisões das Instituições no ano de 2011.

Itens sobre Provisões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	20	21	22	23	24	25	26	27	OT.
a)Divulga o valor contábil no início e fim do período?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26
b)Divulga as provisões adicionais feitas no período?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26
c)Divulga os valores utilizados (baixados contra provisão)?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25
d)Divulga os valores revertidos durante o período?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25
e)Faz uma breve descrição da natureza da obrigação?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26
f)Divulgam o aumento durante o período do valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto das provisões?	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	16
g)Fazem o cronograma esperado de quaisquer saídas de Benefícios econômicos resultantes das provisões?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
h)Divulgam uma indicação das incertezas sobre o valor das saídas?	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	7
i)Divulgam o cronograma das saídas?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
j)Sempre que necessário a entidade divulga as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros sobre as provisões?	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	10
l)Divulgam o valor de reembolsos esperados, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desses reembolsos?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	5	6	7	6	6	7	8	5	6	6	6	6	8	4	7	6	8	5	5	6	6	6	7	7	6	6	

A mesma análise foi efetuada para a classe de passivos contingentes, porém foram estabelecidos outros quesitos, mas todos em conformidade com o que o CPC 25 exige. Um passivo contingente que possuir uma saída de recursos remota, não deve ser divulgado e nem provisionado CPC (2009), a entidade não reconhece este passivo demonstrações contábeis, apenas o divulga nas notas explicativas. Tendo isso como base, observou-se que as entidades realmente se atêm a essa exigência da norma, e não fazem detalhamentos mais profundos sobre os passivos contingentes.

Os itens que são evidenciados com mais frequência são: a estimativa e o efeito financeiro mensurado do passivo (item a), e uma breve descrição natureza do passivo contingente (item e). Sendo que o primeiro é evidenciado por 18 das 26 empresas e o segundo é detalhado por 17 das 26 entidades. O item “b” é divulgado por 12 das 26 empresas e o item f por 13 das 26. A empresa N °17 fornece maiores detalhes sobre seus passivos contingentes remotos, ela os divulga, ainda que o CPC 25 não exija esta divulgação através de um quadro com os totais de seus passivos contingentes por classes, divulgando até mesmo aqueles que são remotos. Na análise comparativa entre os bancos, observa-se que a maior pontuação obtida foi de 5 pontos, em um total de 6. Os bancos que obtiveram essa nota mais alta foram: o N°6, N°7, N°17 e N° 23. Cinco empresas apresentaram pontuação 0 (zero), ou seja não

divulgam seus passivos contingentes, apenas citam que existem estes passivos sem nenhum detalhamento mais profundo sobre eles. Essas entidades alegam em suas demonstrações que não há a divulgação de suas contingências pelo fato dessas serem remotas. A nota média obtida pelas instituições bancárias é de 2,5 pontos. Determinando assim um nível de evidenciação (41,67%) sobre seus passivos contingentes.

Tabela 4 - Nível de evidenciação dos passivos contingentes no ano de 2010.

Itens de Evidenciação de Passivos Contingentes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	20	21	22	23	24	25	26	27	TOTL
a)Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a melhor estimativa?	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	18
b)Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o valor presente?	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	-	1	1	0	1	1	0	1	1	12
c)Evidenciam a possibilidade de qualquer reembolso?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
d)Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o risco e incerteza?	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-	0	1	0	1	0	0	0	0	5
e)Faz uma breve descrição da natureza da obrigação?	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	17
f)Evidenciam a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída?	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	-	0	0	0	1	1	1	0	1	13
TOTAL	0	2	0	4	2	5	5	1	4	0	3	0	4	0	0	3	5	0	3	4	2	5	4	3	3	4	

Assim como ocorreu com as provisões, nos passivos contingentes não houve evolução ou regressão no que tange a evidenciação. Todos os itens são evidenciados da mesma forma que no período de 2010, a tabela 4 abaixo apresenta as pontuações atribuídas as entidades no período de 2011.

Tabela 5 – Nível de evidenciação dos passivos contingentes no ano de 2011.

Itens de Evidenciação de Passivos Contingentes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	20	21	22	23	24	25	26	27	TOT
a)Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a melhor estimativa?	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	19
b)Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o valor presente?	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	13
c)Evidenciam a possibilidade de qualquer reembolso?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
d)Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o risco e incerteza?	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	6
e)Faz uma breve descrição da natureza da obrigação?	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18
f)Evidenciam a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída?	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	13
TOTAL	0	2	0	3	2	5	5	0	3	0	2	0	3	0	0	0	5	4	3	4	2	5	3	2	3	3	

Observa-se que os itens mais divulgados pelas empresas permanecem os mesmos, “a”, e “e” seguidos por “b” e “f”. As empresas que mais pontuam continuam as mesmas: N°6, N°7, N°17 e N° 21, assim como as outras que continuam sem pontuar: N°1, N°3, N°8, N°14, N °15 e N°16. A nota média entre as empresas teve um breve declínio, passando para 2,2 pontos. Estabelecendo um nível de evidenciação (36,66%) sobre seus passivos contingentes.

Na tabela abaixo, observa-se um comparativo, dos níveis de evidenciação obtidos pelas instituições bancárias em relação as provisões e os passivos contingentes, nos anos de 2010 e 2011.

Tabela 5 – Porcentagem do nível de evidenciação nos anos de 2010 e 2011.

	2010	2011
Provisões	54,54%	55,81%
Passivos Contingentes	41,67%	36,66%

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi verificar como as instituições financeiras, listados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), estão adotando as IFRS no âmbito das provisões e passivos contingentes, delimitando assim um nível de convergência para estas entidades.

Constatou-se na pesquisa que, de um modo geral, verifica-se a adoção das normas, mas ainda não de uma forma plena. No caso das provisões, muitas empresas deixaram de divulgar certos itens, tais como incertezas relacionadas a saídas. Nenhuma das empresas detalhou ou elaborou algum cronograma a respeito das possíveis saídas de Benefícios Econômicos, assim como não evidenciaram valores de reembolsos esperados, criando assim um cenário de incerteza para os usuários das informações contábeis.

Observou-se que as entidades focaram na divulgação de itens mais básicos exigidos pelo CPC 25, tais como saldo inicial e final das provisões no período, classificação por classes e quadros evidenciando acréscimos, valores baixados e reversões. A apresentação dos saldos e das adições de provisões foi praticada por todas as 26 empresas selecionadas para a pesquisa. Os itens que tratam de evidenciação de valores baixados ou revertidos foram detalhados por praticamente todas as empresas participantes da amostra nos dois períodos observados.

No caso dos passivos contingentes a situação é um pouco melhor, pelo fato das empresas atenderem um maior número de itens, contudo, atenta-se para o fato de que nessa classe, 5 das 27, (em 2010) e 8 das 27,(em 2011) empresas não realizam nenhuma divulgação alegando que seus passivos contingentes são remotos e por isso não é necessário a divulgação dos mesmos. Diante do exposto, é dificultoso para os usuários das informações contábeis avaliarem se a empresa realmente não possui passivos contingentes ou se estas não os evidenciaram. Cerca da metade das empresas divulgam os valores de seus passivos contingentes trazidos a valor presente nos dois períodos analisados. Em 2010 e 2011, nenhuma das 26 instituições faz divulgações a respeito de possíveis reembolsos. Observa-se que as entidades realmente têm como foco uma breve descrição de seus passivos contingentes.

Constatou-se que o nível da convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade é parcialmente satisfatório, uma vez que vários itens não são detalhados pelas empresas, e alguns de determinada relevância, por exemplo, a questão dos desembolsos e a divulgação de incertezas sobre o valor das saídas de recursos. Tanto no âmbito das provisões como dos passivos contingentes as entidades não elaboram divulgações aprofundadas, há a preocupação apenas de citar a existência desses fatores e uma breve explicação a respeito, deixando assim o usuário da informação a mercê de informações mais concisas e em dúvida com relação a alguns aspectos.

REFERÊNCIAS

AECA – Associação Espanhola de Contabilidade e Administração de Empresas, 1991, **Princípios Contables – Provisiones Contingencias y acontecimientos posteriores al cierre de los Estados Financieros, Documentos 1 e 11, Madrid, Espanha.**

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução nº 3823 de 16 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS - BM&FBOVESPA. Empresas Listadas. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em 13 maio. 2012.

BRASIL. **LEI Nº 7.492, de 16 de junho de 1996.** Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17492.htm> Acesso 14 de maio de 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.** Brasília: 2009. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_25.pdf Acesso em: 08 maio 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 1.055, de 07 de outubro de 2005.** Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC), e dá outras providências.

CVM – **Comissão de Valores Mobiliários. Deliberação CVM n. 489/05.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 15 abril. 2012.

FARIA, José César; ALBUQUERQUE Diane. **O reconhecimento da contingencia nas demonstrações contábeis: Provisão x Reserva.** XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação - Universidade do Vale do Paraíba, 2009.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana, **Divulgação do passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro.** 2004. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD (IASB), **Normas Internacionais de Relatório Financeiro**. São Paulo: IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. 7.a.ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de **Teoria da Contabilidade** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, G. A. S. F. de. **Utilização da Teoria da Divulgação para avaliação da relação do nível de Disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras**. 2007. 118 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

NANNINI, L. C.; SALOTTI, B.M., **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras** / Ernest & Young, Fipecafi, São Paulo: Atlas 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; AMARO, L. Oliveira Gomes, **Contabilidade de instituições Financeiras**. 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

NIYAMA, Jorge Katsumi; IKUNO, L. M.; BOTELHO, Ducineli Régis; SANTANA, Cláudio Moreira. CONTABILIDADE INTERNACIONAL: Uma Análise da produção científica sobre nos principais periódicos internacionais da área (2000 a 2009). 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, **Anais** do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010.

OLIVEIRA, M. C.; PONTE, Vera Maria. A Prática da Evidenciação de Informações Avançadas e Não Obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 4, n. 36, p. 7-20, 2004.

OLIVEIRA, A. F.; BENETTI, J. E. ; VARELA, P. S.. **Disclosure das Provisões e dos Passivos e Ativos Contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBovespa**. In: V Congresso ANPCONT, 2011, Vitória/SP. **Anais** do V Congresso ANPCONT, 2011.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e Finanças.**, São Paulo, v. 22, p. 56, Agosto. 2011.

PEREIRA, Anísio Candido; GIUNTINI, Norberto; BOAVENTURA, Wilson Roberto. **A mensuração dos passivos ocultos: um desafio para a contabilidade**. In. Congresso Brasileiro de Custos, 2002, São Paulo. **Anais**. São Paulo: CBC, 2008. Acesso em 13 de maio de 2012.

RIBEIRO, Antônio de Cístolo. **Provisões, contingências e normas contábeis: um estudo de gerenciamento de resultados com contencioso legal no Brasil. 2012. 63 p. +anexos. Dissertação (Mestrado)**. FEARP -- FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO.

SILVA, Thássia Souza da, (2012). **Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em**

empresas de mineração, siderurgia e metalurgia. 2012. 27p. Trabalho de conclusão de graduação Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Contábeis.

VILLELA, Mônica Vanessa Encinas. Uma reflexão sobre a necessidade de harmonização contábil mundial baseada em uma comparação entre as normas de business combination do IASB, do FASB e do Brasil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 164, p.23-35, março/abril 2007.